



**DOSSIÊ:
GOA - LITERATURA E
CULTURA II**

Goa: a transformação de uma região indiana*

Goa: the transformation of an Indian region

ROBERT S. NEUMAN**

Resumo: Este artigo apresenta uma visão geral de Goa tal como vista pelo autor no início dos anos de 1980, relatando as grandes mudanças ocorridas no território nos vinte anos anteriores. Embora Goa tenha mudado desde que compus este texto, muito do que escrevi ainda é válido ou forma o pano de fundo sócio-ecônomico das demais mudanças. Este artigo explora o início das preocupações ambientalistas, que se tornaram um assunto muito importante na Goa de hoje, assim como o crescimento vertiginoso das indústrias turística e mineradora, que tem colocado em risco a beleza natural da Goa de outrora até o limite. A medida que cresceu industrialmente, Goa também passou por muitas mudanças culturais e demográficas desde o fim do colonialismo português, que têm acrescentado novas camadas a sua natureza essencialmente indiana e desafiado a harmonia entre grupos religiosos.

Palavras-chave: Goa, industrialização, meio ambiente, identidade goesa

Abstract: This article presents a general picture of Goa as seen by the author in the early 1980s, which reflected the great changes that had occurred in the territory in the twenty years previously. Though Goa has changed since the composition of this piece, much of what I wrote holds true today or forms the socio-economic background for further shifts. This article explores the genesis of the environmental concerns that have become a major focus in Goa today, as well as the explosion of the mining and tourist industries, which have stretched the territory's once pristine natural beauty to its utmost. As well as developing industrially, Goa has seen great cultural and demographic changes since the end of Portuguese rule, which have added new layers to its essentially Indian nature and challenged communal harmony.

Keywords: Goa, industrialization, environment, Goan identity

* Publicado originalmente em inglês em 1984, na revista *Pacific Affairs* (vol. 57, n. 3) e, posteriormente, em Goa, no livro *Of umbrellas, goddesses and dreams* (2001). Tradução de Paul Melo e Castro e Hélder Garmes.

** Antropólogo aposentado da LaTrobe University.

Este ensaio tem três objetivos. O primeiro é examinar a transformação de Goa de uma colônia de cariz tradicionalista para uma sociedade capitalista-burguesa. O segundo é contribuir para os estudos regionais indianos, em franco crescimento. O terceiro é chamar atenção para um lugar que atualmente é mais bem conhecido como um destino turístico do que uma entidade sociopolítica na Índia moderna. A análise envolverá diversas áreas – economia, história, antropologia e política. Após um breve panorama da sociedade goesa antes de sua incorporação à Índia em 1961, abordaremos algumas mudanças recentes, focalizando nossa atenção em cinco áreas inter-relacionadas: as “grandes famílias”, a pesca, a gancaria, a expressão cultural e o turismo.

Contexto

Goa é hoje um estado da Índia com uma superfície em torno de 3.702 km², localizado a cerca de 435 km ao sul de Mumbai e banhado pelo Oceano Índico. Devido ao domínio português, que durou 451 anos, já foi considerado um enclave de Portugal, uma “ilha de civilização ocidental” num mar indiano. No entanto, apesar de óbvias influências ocidentais em aspetos da vida cotidiana (música, vestuário, arquitetura, comida) e apesar de sua numerosa comunidade católica, é mais produtivo e preciso considerar Goa como uma região indiana com um passado algo incomum.

Durante dois séculos (aproximadamente de 1700 até 1910), a sociedade goesa estagnou, com declínio comercial e imobilidade política. Embora houvesse revoltas esporádicas e conjurações por parte tanto de hindus quanto de católicos, a administração portuguesa continuou basicamente inabalada. Mesmo as grandes reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, o renomado primeiro-ministro português que efetivamente reinou em Portugal entre 1749 e 1777, tiveram pouco efeito sobre as estruturas básicas da sociedade goesa. Diversos intelectuais goeses, inspirados em modelos portugueses-europeus, estudaram e publicaram em Portugal e na França. Revoltados com o sistema político em Goa ou sufocados pela estreiteza da sociedade colonial, muitas dessas pessoas instruídas migraram para a Índia Britânica, cujo clima político era mais aberto e promissor.

A implantação da república portuguesa em 1910 liberou os hindus de Goa de séculos de discriminação e repressão. Imediatamente, ingressaram em massa em escolas, integraram-se a associações, fundaram jornais, criaram bibliotecas e começaram a assumir um papel ativo na vida pública – como professores, vogais dos concelhos de governo e funcionários administrativos (NORONHA, 1923, p. 351). Durante o regime de Salazar (estabelecido em 1926) e particularmente depois da Segunda Guerra Mundial, Portugal tentou manter os fragmentos de seu império indiano encorajando tardiamente alguns projetos de fomento e transformando Goa numa zona franca. Já se sabia havia muito tempo que Goa possuía reservas de ferro extremamente ricas, e, em 1947, os portugueses começaram a emitir concessões para sua exploração. As concessões foram adquiridas principalmente por comerciantes hindus locais, que pagaram tão somente Rs 300 para o privilégio de se transformar em donos de minas (RAO, 1963, p. 57). Com a injeção de capital estrangeiro vindo da Índia e de outros países (especificamente Japão e Alemanha Ocidental), as minas goesas se desenvolveram rapidamente na última década de administração colonial.

Houve também tentativas de expandir a rede rodoviária, o fornecimento de energia elétrica e o sistema escolar, tudo que tinha sido negligenciado até então. “Só nos últimos dois anos [houve] cartilhas em marata [...] para as escolas primárias sob supervisão governamental preparadas e publicadas em Goa” (VARDE, 1977, p. 96). Foi aumentado o número de bolsas de estudo em Portugal e muitos hindus tiveram a oportunidade de ingressar em universidades da metrópole, uma oportunidade rara até esse período. Após 1947, os salários portugueses eram muito altos se comparados com aqueles pagos na Índia e as aposentadorias eram equivalentes aos salários (B. G. D’SOUZA, 1975, p. 194-5).

A importação de artigos de luxo baratos e de alimentos básicos tornava a administração portuguesa palatável para muitos; ainda hoje, os goeses mais velhos suspiram pelos dias de uísque, queijo, azeitonas e produtos têxteis japoneses baratos. Em geral, os preços de muitos bens de consumo eram em torno de 50% a 70% abaixo dos indianos, enquanto os salários eram quase o dobro (SAKSENA, 1974, p. 81) - uma situação que encorajava o contrabando em larga escala para a Índia.

Os portugueses conseguiram criar uma prosperidade artificial baseada na exportação de ferro, altos salários e preços baixos de produtos isentos de impostos. Visando a uma classe média com alguma consciência política e intelectuais,

o sistema oferecia pouco ou nada para a vasta maioria da população envolvida em agricultura e pesca. De fato, a vida dos agricultores e pescadores foi reduzida a níveis de subsistência, uma vez que seus produtos não podiam concorrer com os baratíssimos alimentos importados. Há boas evidências de que os esforços portugueses para apaziguar os sentimentos anticoloniais foram superficiais quando muito. O único banco em Goa até 1961 era o Banco Nacional Ultramarino, que não pagava rendimentos aos depósitos. Não havia departamentos ou repartições de governo específicos para os vários aspectos da economia (indústria, agricultura, pesca, silvicultura, mineração, topografia, estatística, controle de preços etc). Ao contrário, todas essas atividades eram reunidas sob a Direção de Serviços Econômicos (GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU, 1964, p. 8). Portugal, que era um país pobre, não tinha nem capital para investir em Goa nem produção industrial para satisfazer as necessidades de Goa. Não tinha sequer barcos para trazer bens ou levar minério de ferro. A economia goesa era duplamente colonial: sujeita a uma administração portuguesa inerte, era também explorada por interesses japoneses, europeus e norte-americanos, que compravam minério de ferro e investiam em algumas instalações locais. Japão e Alemanha Ocidental, juntos, ficaram com 70% da produção de minério de ferro em 1960 (RAO, 1963, p. 57-8).

Aspectos econômicos e demográficos

Desde a ação militar indiana ocorrida em dezembro de 1961, o território sofreu uma mudança muito rápida em diferentes setores. Como parte integrante da Índia, a economia de Goa se transformou em suas bases. Assim que o exército indiano entrou, o estatuto de Goa como zona franca teve fim. A bebida alcoólica barata e produtos têxteis, alimentos e bens de luxo importados desapareceram. O padrão de vida sem dúvida declinou por um curto período. Mas, no lugar do sistema improdutivo e essencialmente artificial criado pelo governo de Salazar, os indianos rapidamente implementaram o mesmo sistema desenvolvimentista que criaram em outras partes de seu país.

Agricultura foi uma prioridade, e Goa foi integrada no sistema de *Community Development*. Adotaram-se sementes, fertilizantes e métodos atualizados e de melhor qualidade. Até 1971, a produção de arroz (o alimento básico) ti-

nha aumentado em 45% (GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU, 1971, p. 30). Novas terras foram abertas ao cultivo e os canais de irrigação existentes foram aprimorados (o projeto de irrigação maço em Selauli passou a irrigar uns 36.000 hectares) (GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU, 1978, p. 6). A produção de cocos, castanha de caju e derivados expandiu-se e a pesca aumentou consideravelmente. A mineração e exportação de ferro e as indústrias associadas prosperaram. A produção de minério de ferro aumentou de 6,4 milhões de toneladas em 1961 (o último ano de administração portuguesa) (SAKSENA, 1974, p. 72) para um recorde de 14,8 milhões de toneladas em 1976 (GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU, 1980, p. 39). Milhares de pequenas indústrias foram ajudadas por empréstimos governamentais e numerosas empresas despontaram em setores como os de pesticidas, fertilizantes, cervejas e a construção de chatas. O porto de Mormugão cresceu e se tornou um dos maiores da Índia ocidental, usado principalmente para a exportação de minério de ferro. Nos últimos anos também se viu uma ampla expansão na distribuição de energia elétrica. Como Goa possui pouco potencial hidroelétrico, sua rede de energia foi conectada às dos estados vizinhos. Antes de 1961, só três das 383 aldeias de Goa tinham eletricidade. Em 1980, essa cifra aumentou para 330 (ibid., p. 44-5). O crescimento da agricultura e da indústria foi acompanhado pelo desenvolvimento de um sistema financeiro sólido. O Goa State Cooperative Bank Ltd. foi criado em 1963, e passado pouco tempo muitos bancos indianos abriram agências pelo território. Até 1978, houve 216 agências bancárias cujos depósitos somavam Rs 2 bilhões (ibid., p. 56).

Com a alta na produção agrícola, mineral e industrial, e o incremento na disponibilidade de financiamento e energia elétrica, vieram outras mudanças. O governo indiano iniciou a construção de estradas, pontes, bueiros e galerias. Novas formas de atividade econômica e um novo estilo de administração trouxeram muitos não goeses para a região. A construção de moradias e novos edifícios governamentais ou institucionais se tornou um negócio florescente. Embora uns poucos goeses tenham partido com os portugueses, muitos mais retornaram do exterior após a Libertação de Goa para morar e estabelecer negócios. O potencial turístico ficou logo evidente: hotéis, restaurantes e empresas correlatas expandiram tremendamente. As estatísticas na *Tabela 1* dão alguma indicação da magnitude da mudança econômica pela qual passou Goa desde 1961.

	1961	1975	1980
Funcionários Públicos	3.000	17.000	n.a.
Formação em Ensino Superior	475	10.860	14.000
Matrículas no 2º Grau	9.500	36.928	62.000
Unidades Industriais	290	1.415	1.742
Leitos de Hotel	450	3.261	5.804
Traineiras Comerciais	7	210	400+
Fontes: <i>Navhind Times</i> , May 9, 1976, p. 3; Government of Goa, Daman and Diu, <i>Statistical Pocket-Book</i> , 1980.			

Tabela 1: Alguns Índices de Mudança Econômica

À medida que a sociedade goesa sofre transformações econômicas, mudanças em uma área produzem mudanças em outras. Trata-se de um efeito “bola de neve” em que a situação se desenvolve cada vez mais rapidamente, cada mudança permitindo que o processo geral de transformação se produza de forma mais célere. Antes de considerar as mudanças sociais e políticas em geral, examinemos três aspectos que são fundamentais para o processo como um todo: população, educação e transportes.

População

Entre 1900 e 1960, a população de Goa cresceu de 476.000 para 590.000, um aumento de 114.000 em sessenta anos (GOVERNMENT OF INDIA, 1973a, p. 40). Os resultados preliminares do censo de 1981 revelaram que Goa já tinha superado um milhão de habitantes, o que representa um crescimento de 410.000 em apenas vinte anos. As simples estatísticas escondem um quadro muito mais complexo. Dada a falta de oportunidades econômicas locais, antes de 1961 e durante décadas muitos goeses tinham migrado. Católicos iam para a África e o Golfo Pérsico, assim como para os centros comerciais da Índia Britânica, particularmente Bombaim, Bangalore e Carachi. Os hindus tendiam mais a ficar entre os seus correligionários na Índia do que emigrar. Além dos migrantes por razões econômicas, havia dissidentes políticos, incluindo opositores ao regime portu-

guês e hindus que se sentiam desfavorecidos pelo ambiente pró-católico que prevalecia na sociedade goesa.

Em 1961, a roda da fortuna girou. Quem se identificava fortemente com Portugal, ou via poucas oportunidades numa Goa atrelada à Índia, partiram para Portugal ou suas colônias africanas – ou para o Brasil e a América do Norte. Ao mesmo tempo, outros goeses voltaram para sua pátria recém-libertada, na esperança de um renascimento político e econômico. O número de pessoas que saíram correspondeu aproximadamente aos que retornaram. Muitos indianos integrantes do governo – inicialmente tanto militares como civis, mais tarde em sua maioria civis – afluíram em massa, assim como colarinhos-brancos e homens de negócio. Com o ressurgimento da atividade econômica, mais e mais não goeses vieram trabalhar na construção, mineração, turismo e outras indústrias emergentes. Muitos se viram forçados a viver em cortiços, frequentemente chamados de *hutments* (acampamentos de barracas), lugares superlotados e poluídos onde serviços básicos de água, eletricidade e saneamento não eram disponibilizados. O resultado foi o crescimento de problemas de saúde.

Até fins da década de 1970 e início da de 1980, o sentimento de que se tinham tornado uma minoria desfavorecida em seu próprio território cresceu entre os goeses. Começaram a exigir que lugares para goeses nativos fossem reservados na função pública e em indústrias estatais. Mas já havia quase 300.000 não goeses na região, cerca de 30% da população total. Foi devido a eles que a população aumentou de forma tão acelerada.¹ E, como a Índia mantém o direito de todo o cidadão de viajar ou mudar o seu local de residência, é pouco provável que essa tendência se reverta – a menos, é claro, que haja uma repentina e inesperada queda na economia goesa.

Educação

Os portugueses pouco fizeram para desenvolver o sistema de educação de Goa. Até a Libertação, havia só uma escola secundária na região – o Liceu Nacional em Panjim. A língua de instrução era o português. Enquanto o nível de ensino era alto, o número de formandos, particularmente hindus, era insignifi-

¹ Relatado por S. K. Gandhe, diretor do Censo de Goa, Damão e Diu.

cante. O diploma permitia acesso a uma vaga na burocracia local ou a estudos superiores na metrópole – uma opção aberta somente para os mais abastados. Para se obter um futuro melhor no contexto indiano, um jovem goês estudava inglês numa escola privada antes de atravessar a fronteira para continuar a sua formação nessa língua. Isto explica por que havia um maior número de goeses no Quênia, Tanzânia ou Uganda que em Moçambique ou Angola. Em qualquer dos casos, a educação preparava os goeses para migrar.

Uma das maiores conquistas do governo indiano desde 1961 – e certamente uma das mais significativas para o futuro – foi a rápida expansão da educação em Goa. Onde havia uma só escola secundária, passou a existir 233 (GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU, 1980, p. 172). Sob o domínio português, após o ensino secundário havia uma escola médica e uma ou duas outras instituições que ofereciam alguma formação vocacional ou profissional; em 1984 passou a haver 37 instituições, entre ensino técnico e universitárias (ibid.). Apesar de muitas das escolas privadas primárias que ensinavam em marata ou português antes de 1961 (a língua das escolas governamentais era estritamente a portuguesa) terem sido simplesmente convertidas em escolas governamentais após a Libertação, a expansão do ensino primário era verdadeiramente impressionante. Em 1961-1962, havia 176 escolas primárias governamentais; essa cifra subiu para 601 em 1962-63; em 1984 chegou a 1.115 (VARDE, 1977, p. 101; GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU, 1980, p. 172).

Infelizmente, o emprego não se expandiu tão rapidamente quanto a educação. Como resultado, a educação de melhor qualidade passou a ser um fator que incentivava a continuação de fluxos migratórios para fora de Goa. Além da educação, a necessidade de migrar podia também estar ligada à política e ao crescimento de um sentimento de identidade regional. Os filhos dos goeses que retornaram depois de 1961 viram-se forçados a saírem de Goa novamente à procura de trabalho, enquanto muitos não goeses ocupavam lugares bem pagos na administração e na indústria locais. Essa situação ajudou a unir os que retornaram em 1961 àqueles que tinham ficado em Goa durante o governo português. Os goeses instruídos e aqueles com alguma formação em áreas técnicas ou de serviços saíam para o estrangeiro, particularmente para o Golfo Pérsico e América do Norte. Em muitas casas goesas, não havia maridos, irmãos ou filhos, somente algumas crianças e mulheres, além de idosos. Enquanto forasteiros de outras partes da Índia vieram se instalar em Goa para ocupar os empregos

de baixa renumeração, os goeses mais bem instruídos foram tentar a sorte nos EUA, Canadá, Austrália e Reino Unido (conseguiram fazer isso porque parentes expulsos da África já estavam instalados nesses países). Embora tenham sido libertos de um poder colonial distante e reintegrados à Índia, os goeses ainda tendiam a ver os lugares fora da Índia como o centro onde as coisas realmente aconteciam. Essa é uma matriz neocolonial clássica que ocorre em diferentes partes da África e da América Latina. O regionalismo goês e a sua história encorajam a continuidade dessa tendência, tal como a total falta de oportunidades para jovens instruídos em seu lugar de origem.

Transportes

Como a educação, o transporte expandiu-se muito rapidamente depois de 1961. As pontes e rodovias danificadas durante a retirada da tropa portuguesa foram rapidamente recuperadas. Desde então, a rede de estradas asfaltadas de Goa tem crescido num fator de 6,8 (GONSALVES PEREIRA, 1954, p. 383; GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU, 1980, p. 17). Várias pontes de suma importância foram construídas e os serviços de *ferryboat* expandiram-se. Passou a haver muito mais transportes públicos que no passado e aumentou o número de carros e motos particulares. De fato, os altos índices de acidentes rodoviários tornaram-se um sério problema em Goa na década de 1990. Ônibus e táxis coletivos ligaram todas as principais cidades e muitas povoações. Estradas, linhas aéreas e rotas marítimas ligaram Goa a outras partes da Índia, permitindo que os goeses acessem à rede econômica indiana em constante expansão. A nova rede de transportes aumentou consideravelmente a mobilidade dos goeses em seu próprio território. Os goeses já podiam trabalhar em lugares distantes das suas residências – o que antes tinha sido impossível. De mesma forma, os estudantes podiam frequentar escolas e colégios que anteriormente eram monopolizadas pelos poucos que tinham recursos para se manterem como internos. O incremento da rede de transportes também estimulou o crescimento da indústria, que, por sua vez, atraiu trabalhadores, chefes e pequenos industriais de fora de Goa. Tal como nos âmbitos demográfico e educacional, o desenvolvimento no campo dos transportes esteve intimamente ligado a mudanças econômicas gerais.

Mudanças sociais e políticas: tendências gerais

A sociedade goesa é constituída de vários grupos numa complexa rede de relações. Não é fácil resumir a situação em poucos parágrafos. Sinteticamente, há três grupos religiosos: hindus (60% em 1984), católicos (38%) e muçulmanos, em sua maioria sunitas (2%). Os goeses falam diversas línguas, incluindo o concani, marata, inglês, português e urdu. Concani, uma língua indo-europeia, deveria servir para unificar os goeses, mas o fato de ser escrito em diferentes alfabetos acaba por dividir os seus falantes – em Goa os hindus preferem o devanagárico, enquanto os católicos escrevem o concani em caracteres romanos. As comunidades hindu e católica estão ambas divididas em castas. Brâmanes e chardós (chatrias), pertencentes às duas religiões, são comumente as castas dominantes de suas povoações; como membros das associações locais, proprietários e comerciantes predominam entre as classes médias e médias altas urbanas. Os sudras correspondem à maioria da população nas povoações – agricultores, meeiros, campesinos, pescadores, rendeiros (que extraem a sura dos coqueiros, matéria-prima para aguardentes, vinagres etc.), artesãos – e a maior parte dos trabalhadores assalariados nos centros urbanos. Entre as castas baixas, existe um grupo que, tanto católico quanto hindu, parece muito com as populações tribais de outras áreas do oeste da Índia. Conhecido como “gavda” ou “kunbi”, seus integrantes têm aparência, cultura popular e posição socioeconômica semelhantes apesar de suas diferentes crenças religiosas. Por conta disso, podemos dizer que são a base sólida da cultura regional goesa: falantes de concani, partilhando uma mundivisão de cariz sincrético hindu-católico, comungando de um meio de subsistência fundado na agricultura, pesca e destilação de álcool. O censo da Índia não fornece informação sobre castas, mas duas fontes dão uma ideia da importância numérica dessas populações. No povoado de Carambolim havia 3.639 habitantes de acordo com o censo de 1971 (GOVERNMENT OF INDIA, 1972, p. 143). Em 1974, esse mesmo povoado teve 3.200 gavdas, constituindo a vasta maioria da população (J. D’SOUZA, 1975). No *Socio-Economic Survey of Verna*, uma monografia publicada como parte do Censo de 1971, há uma tabela muito útil que nos oferece um vislumbre da importância da comunidade gavda-kunbi. Vernã teve 718 domicílios, dos quais 684 eram católicos, 30 hindus e 4 muçulmanos. Entre os católicos, 302 (42%) eram gavdas, 348 (48%)

eram sudras e intocáveis de diversas castas, e somente 68 (ou 9%) eram brâmanes (GOVERNMENT OF INDIA, 1977, p. 12).

Embora a comunidade gavda-kumbi represente uma grande parte da população rural, em termos econômicos os brâmanes católicos predominam. São eles que “possuem a maioria das propriedades privadas do povoado. São também os *jonoeiros* [ou seja, recebem dividendos, chamados *jonos*] da gancaria [ou comunidade agrícola] do povoado, sendo eles *gaucares*, os descendentes dos habitantes primordiais” (ibid, p. 14). E são a cultura e as tradições das castas altas católicas e hindus, obviamente, que foram descritas e idealizadas como a “Cultura Goesa”. Não é preciso dizer que há um vasto abismo entre a “grande tradição” das castas altas economicamente poderosas e a “pequena tradição” da grande maioria do povo.

Além de diferenças religiosas, linguísticas e de casta, existe uma divisão em Goa entre as Velhas Conquistas (as áreas ocupadas pelos portugueses no século 16) e as Novas Conquistas (as áreas tomadas dos maratas no século 18). Dos onze distritos de Goa, quatro constituem as primeiras e sete, as últimas. As Velhas Conquistas suportaram o peso das conversões forçadas e da Inquisição, e consequentemente são mais católicas que a outra área, cuja aquisição ocorreu num período mais tolerante da história portuguesa. Eram também mais férteis, de clima mais ameno, e geralmente eram mais apreciadas e favorecidas pelos portugueses. Ainda hoje as Velhas Conquistas recebem maior atenção: a maior parte das indústrias estão ali localizadas, assim como a maioria das instalações educacionais, médicas, bancárias etc. Bem mais que 50% da população vive nessa área, e o total atinge 68% quando se inclui Pondá, o único distrito rico em termos agrícolas das Novas Conquistas (GOVERNMENT OF INDIA, 1981, p. 25). Estas, pelo contrário, são esparsamente povoadas, com presença hindu extremamente forte, tendo as minas e as florestas a garantir a prosperidade da região litorânea. A desigualdade em termos de desenvolvimento entre Velhas e Novas Conquistas é um problema contínuo.

As transformações desde 1961 resultaram numa substancial mudança social em Goa. Uma parte da elite católica e praticamente todos os mestiços partiram. Os hindus e aqueles católicos que lutaram contra o domínio português assumiram um papel mais importante na vida política e econômica. As mudanças econômicas acima detalhadas, em conjunto com mudanças na população, educação e transportes, criaram uma nova classe de empreendedores, profissionais,

gestores e administradores, com ligações com seus parceiros no resto da Índia. Os católicos e hindus de casta alta que não se ajustaram às novas condições e não apreciaram a magnitude das mudanças que estavam a acontecer tornaram-se uma classe de *rentiers* e funcionários, nostálgicos da paz e da estabilidade dos tempos coloniais (e dos seus prestígios perdidos), críticos da vulgaridade do capitalismo. Um pequeno número de famílias tornou-se imensamente rico e poderoso e será abordado mais adiante. Para a massa dos agricultores e pescadores, o fim do domínio português significou o fim de um sistema que os relegava permanentemente a uma posição subalterna. Desde 1961, essas pessoas saíram da concha das relações tradicionais. Migram para as cidades, frequentam escolas e conseguem trabalhos de baixa qualificação no comércio e na administração. Sobretudo, eles já não se agacham humildemente diante das portas; já atravessam de pé seus batentes.

Goa encontra-se em vias de rápida urbanização. Em 1960, só 14,7% era classificada como urbana. Até 1971, a cifra elevou-se a 25,5%. Em 1981, 32,1% (GOVERNMENT OF INDIA, n.d.; 1972; 1981). Parte desse crescimento deveu-se ao influxo de migrantes, mas, como em tantos outros países do terceiro mundo, a população rural procura maciçamente as cidades na esperança de encontrar empregos. As áreas urbanas em Goa cresceram a uma taxa de 58,5% entre 1971 e 1981. A cifra equivalente para as áreas rurais era somente de 15% (GOVERNMENT OF INDIA, 1981, p. 25).

A Goa colonial era autoritária e orientada para Portugal e suas outras colônias. O poder estava centralizado nas mãos das autoridades político-militares portuguesas, que recebiam suas instruções de Lisboa. Em menos de um ano após a Libertação, as autoridades indianas organizaram eleições nos povoados e começaram o processo de integrar Goa aos padrões democráticos do resto da Índia. Desde então, os goeses familiarizaram-se inteiramente com o processo eleitoral. Partidos políticos emergiram e disputam o poder.

No entanto, este trabalho não é o lugar para narrar os eventos políticos dos últimos vinte anos. Basta dizer que os partidos tendem a girar em torno de personalidades ou comunidades (religiosas, linguísticas ou de casta). Uma precoce tentativa de fundir Goa com o estado vizinho de Maharashtra foi definitivamente derrotada em 1967, se bem que o partido que promovia a fusão tenha ficado no poder até 1979. Tendo iniciado como paladino dos hindus desfavorecidos até então, das castas baixas e da língua marata, esse partido, o Maharastrawadi

Gomantak (“Goa Maharastriana”) ou MG, gradualmente mudou de perspectiva. No tempo em que entrou em crise em 1979, o partido era considerado por muitos como corrupto, dominado por uma única personalidade e intolerantemente sectário, em favor somente das castas baixas hindus. Ao final, tinha chegado a um *modus vivendi* com as grandes famílias. Poder-se-ia acrescentar que uma tal relação entre o governo e o capital não era desconhecido no resto da Índia. Vale notar que essa relação marca uma diferença fundamental entre a sociedade goesa pré-1961 e a de hoje. Sob o domínio português, os investidores locais eram fracos ou inexistentes, surgindo somente nos dez últimos anos daquela administração. Mesmo durante o curto período de crescimento econômico na década de 1950, o governo goês estava distante da indústria e do comércio goeses, sendo todas as decisões finais tomadas em Lisboa. O referido arranjo político, que será discutido detidamente mais adiante, é um claro sinal da transformação da Goa colonial para um modo de vida capitalista burguês.

Depois dessa visão geral das mudanças ocorridas em Goa desde 1961, examinemos cinco áreas de forma mais detalhada no intuito de obter uma visão mais clara do processo como o capital penetrou e transformou a sociedade goesa. As cinco áreas, estreitamente interligadas, são as grandes famílias, a pesca, a gançaria, a expressão cultural e o turismo.

As grandes famílias

Depois da Segunda Guerra Mundial, dois fatores, mais do que qualquer outro, vieram influenciar o futuro de Goa: primeiro, os japoneses precisavam de minério de ferro para reconstruir sua economia; segundo, como já observamos, os portugueses entenderam que a única maneira de se precaverem contra as crescentes reivindicações indianas por sua partida era criar uma classe de goeses com um largo investimento em um “futuro português”. Um punhado de pequenos negociantes, tradicionais proprietários de terras, e oportunistas enriquecidos pela guerra receberam licenças de mineração e foram encorajados a extrair e transportar o minério de ferro para o Japão. O plano funcionou bem. Famílias com nomes como Dempó, Chowgule, Salgaoncar, Timbló, Bandomkar e Menezes se transformaram em corporações industriais. Tornaram-se agentes da importação e venda de tudo, desde tratores a máquinas de escrever. Dempó,

Chowgule e Salgaoncar expandiram para diversas cervejarias, construção de navios, pesticidas, papel de carbono, maquinário, oxigênio e acetileno, gás industrial, linhas de navios a vapor, laticínios e processamento de peixe. Os chefes de várias dessas famílias foram condecorados ou homenageados por Portugal por seu êxito industrial. Todos foram criados pelas políticas portuguesas. No entanto, enquanto Goa passava pelo trauma de 1961, as grandes famílias praticamente não se afetaram. Não só não foram penalizadas por sua colaboração (aliás, poucos goeses o foram diretamente), mas, na verdade, beneficiaram-se disso. Permitiu-se que os donos das minas goesas mantivessem suas concessões e expandissem suas atividades. Eles se tornaram um único dono de minas privadas na Índia.

A partir de 1961, esses que controlavam essa fonte de riqueza, a maior do território, passaram a controlar a cena política. O mais importante entre esses homens de poder era Dayanand Bhandarkar, um dono de minas hindu muito rico e um amigo dos portugueses. Eleito como primeiro-ministro, ele e sua filha governaram Goa até 1979. Um homem de casta baixa com forte carisma popular, Bhandarkar adotou a plataforma da fusão de Goa com Maharashtra. Essa posição era apoiada majoritariamente por hindus que se tinham sentido discriminados sob o regime anterior e que acreditavam que a fusão com a Maharashtra, com sua esmagadora maioria hindu, iria por termo à dominação católica para sempre. Depois o partido MG de Bhandarkar ganhou maioria na nova assembleia legislativa em 1963, quando as questões de controle das riquezas e recursos naturais de Goa não se levantaram, uma vez que os temas da fusão com Maharashtra ou o desenvolvimento do território dominaram o cenário político. Bhandarkar e industriais como ele tentaram moldar a opinião pública por meio de jornais (quase que não havia jornais independentes em Goa) e de instituições de educação superior que eles próprios criaram. Os Chowgules, por exemplo, são donos dos jornais *Gomantak* e *Uzvadd* e fundadores de uma escola de artes e ciências em Margão; os Salgaoncares fundaram uma escola de direito; e os Dempós são donos do *Navhind Times* e *Navprabha* e estão envolvidos no Dhempe College em Miramar.

Quando a proposta da fusão entre Goa e a Maharashtra foi derrotada, Bhandarkar e o MG viraram a casaca. Passaram a apoiar publicamente o estatuto de Estado para Goa, a criação de uma universidade local separada e o reconhecimento constitucional do concani como língua oficial. As grandes famílias tiraram

proveito dessa situação porque Goa permaneceu como um território da união até 1987, sem o aparato administrativo e ministerial de um Estado de pleno direito e sem um governador, figura potencialmente muito poderosa e sem ligações locais que poderiam dificultar suas ambições.

Até 1978, Dempo foi a casa comercial na Índia que cresceu mais rapidamente, em uma taxa anual real de 33%, embora só tenha ficado na trigésima oitava posição no ranking. A Salgaoncar crescia 18% ao ano (INDIA TODAY, 1978, p. 59). Chowgule, além de uma vasta fábrica de peletização de minério de ferro construída em terreno agrícola de alta fertilidade (que viria a falir), tinha treze companhias em diversos estados, com sucursais em quinze cidades. Na ocasião de seus aniversários ou lançamentos de mais um projeto ou companhia, os jornais em Goa são repletos de enjoativos elogios, endossados por empregados e personalidades menores do mundo dos negócios, e fotografias dos magnatas em companhia de políticos e burocratas de Deli. O governador-tenente (o mais alto administrador em Goa até 1987) e os ministros frequentam casamentos e outros eventos sociais promovidos pelos industriais, onde se misturam com dignatários vindos do Japão, de Portugal e outros países. De tempos em tempos, os japoneses enviam missões “intimidatórias” para agilizar a expansão das instalações portuárias de forma que mais minério possa ser carregado mais rapidamente. São acolhidos pelos industriais, galardeados, chamados de amigos e parceiros. Os japoneses falam em uma “íntima relação familiar” (NAVHIND TIMES, 1979, p. 1).

Os resultados concretos dessa “relação familiar” podiam ser vistos no luxuoso estilo de vida desfrutado pelas famílias industriais. Também podiam ser vistos “na destruição das esplêndidas montanhas e florestas de Goa, a poluição dos seus rios, e na reduzida expectativa de vida dos mineiros” (ALVARES, 1979, p. 56). A mineração de ferro em Goa era de superfície e a destruição do meio ambiente se fez praticamente sem controle. Os protestos sobre a poluição eram ignorados (o único protesto contra a poluição bem-sucedido na altura foi contra uma companhia de fora, o Zuari Agro-Chemical). A insatisfação trabalhista também era tratada de forma dura. A economia de Goa tinha passado a ser intimamente ligada à do Japão. As grandes famílias industriais, criadas pelo antigo poder colonial, continuaram a se dar bem desempenhando o papel de agentes de interesses do capital internacional. Ao lado de suas próprias atividades lucrativas, elas criaram um clima para a penetração do capital na pesca e no turismo.

Não é necessário dizer que uma apreciação do poder das grandes famílias e de suas ligações tanto com o capital estrangeiro quanto com o governo local é essencial para compreender Goa desde 1961.

Pesca

O mar de Goa é rico em vida, e peixes e crustáceos têm sido sempre uma parte importante da dieta tradicional goesa. Os pescadores vivem em comunidades autossuficientes ao longo da costa repleta de palmeiras e normalmente ganham a vida tranquilamente. Em 1973, havia 1.091 embarcações tradicionais (embora esse número esteja provavelmente subestimado), das quais 70% pesavam menos de duas toneladas (GOVERNMENT OF INDIA, 1973b, p. 9).

Em um esforço para incrementar a oferta de proteína para a população indiana em geral e aumentar o padrão de vida das regiões costeiras, o governo indiano decidiu fomentar a pesca encorajando sua mecanização. Eu argumentei em outro artigo que essa decisão estava ligada a toda uma filosofia de desenvolvimento que enfatiza a produção mais que a distribuição e tem origem no vício por adotar modelos ocidentais (NEWMAN, 1981a; 1981b). Em todo caso, o governo central encorajou a concessão de empréstimos para aqueles que queriam utilizar traineiras (ou seja, barcos de pesca mecanizada e não os barcos tradicionais com motores de bordo). Esses empréstimos tinham condições generosas mas ainda estavam muito fora do alcance dos pescadores tradicionais. O resultado foi que as traineiras foram adquiridas por pequenos comerciantes locais que tinham negócios, companhias de transporte ou fábricas de pequeno porte. E esses pequenos comerciantes eram frequentemente financiados por políticos e por grandes comerciantes, em troca de uma parte dos lucros. Até 1979 havia umas quatrocentas traineiras operando em Goa, cerca de quatro por quilômetro no litoral. A maioria, como atestado pelo Diretor de Pescas de Goa, era “adquirida por ‘elementos endinheirados indesejáveis’ e não pelo pescador tradicional” (KAGAL, 1979, p. 28).

Um resultado importante da mecanização tem sido o crescimento da indústria de enlatados para exportação. Ao invés de incrementar a oferta de proteína para os indianos e melhorar a vida dos pescadores goeses, a mecanização levou à criação de fábrica de enlatados e à exportação de peixe e camarão congelados.

Até meados da década de 1970, a exportação de camarão congelado sozinha somava vários milhões de rúpias por ano. Só um punhado de companhias empregando pouquíssimas pessoas beneficiaram-se com os lucros dessa atividade. As pessoas que de fato empregaram foram trazidas de outras partes da Índia para assegurar que a mão de obra fosse mais obediente. Programas internacionais de cooperação e *joint venture* em conjunto com países mais desenvolvidos ligam-se a esse processo.

Os governos estrangeiros concebiam seus programas de ajuda de forma a encorajar a importação de traineiras e equipamentos, na esperança de absorver a maior parte do peixe e marisco produzidos. A pesca mecanizada tornou-se uma indústria importante com fortes ligações a fabricantes de traineiras e de equipamentos associados. De novo, constatamos que as mudanças pós-1961 são caracterizadas pela crescente penetração de capitais na economia tradicional e pelo aumento de ligações ao sistema de mercado globalizado.

Nisso tudo, as benesses para os goeses – e em particular para os pescadores – são mínimas. As fábricas de enlatados poluem os rios e áreas circundantes. As traineiras, em vez de procurar o mar alto onde em geral as embarcações tradicionais não podem operar, têm sido usadas para esvaziar as zonas pesqueiras tradicionais perto da costa, onde têm destruído as redes e dizimado peixe miúdo e ovas. Para protestar contra tais atividades, uma organização foi fundada em 1974 por um grupo de professores e estudantes de classe média com consciência social, que tinham sido politizados meses antes na luta antipoluição contra a Zuari Agro-Chemical. Desde então, essa organização tem lutado para obter o reconhecimento dos direitos dos pescadores tradicionais e pela regulamentação da atividade das traineiras. Os apelos dos pescadores tradicionais foram ignorados durante muito tempo. Foram decretadas leis que naquela altura foram pouco eficazes. Quando pescadores desesperados recorreram à violência em 1979, as autoridades reagiram de forma demasiadamente dura. Dez anos depois, os pescadores tradicionais ainda protestaram contra as violações do regulamento pelos donos de traineiras, em vão. Dados os interesses de alguns políticos goeses e dos seus contatos com os donos de traineiras – e dada a força dos interesses internacionais, a tentação de moeda estrangeira e as influências de bastidores das grandes famílias –, a triste história da indústria de pesca em Goa não é surpreendente.

A gancaria

Antes da conquista portuguesa, os povoados de Goa estavam organizados em um sistema de comunidades conhecidas como *gancarias*. Em vez de abolir o sistema, os portugueses o preservaram. Já no século XX tinha-se tornado incrivelmente complexo e inadministrável. É impossível fazer justiça neste texto às complexidades e às extensas ramificações desse sistema.

Se bem que cada povoado tivesse a sua história particular, basicamente suas associações eram chefiadas pelos *gauncares*, homens pertencentes às castas dominantes. Algumas *gancarias* decidiram que “seus filhos varões deveriam passar a integrá-la depois de uma certa idade, e dividiriam suas rendas de forma igual entre todos os membros, enquanto outras estabeleceram que certo montante dessas rendas deveria ser colocado de lado para ser distribuído entre os descendentes de cada família fundadora do povoado [que eram] conhecidas por *Vangores*” (ALMEIDA, 1967, p. 4). Quantias eram dadas para apoiar os artesãos dos povoados e para o templo ou igreja. As *gancarias* eram responsáveis por manter as estradas, os sistemas de saneamento e irrigação, a segurança pública, as instituições religiosas – e, sob o domínio português, também a educação e a saúde pública.

Embora tivesse funcionado bem em sua época, até 1961, o sistema da *gancaria* revelou graves problemas. “O governo português insistia na manutenção das velhas tradições sem atentar para o fato de que os povoados já não eram mais constituídos somente por *gauncares*, [e de que estes] constituíam uma minoria insignificante nos povoados e que [as suas estruturas sociais] estavam totalmente modificadas” (GOMES-PEREIRA, 1981, p. 25). Os não *gauncares* – os moradores das terras dos *gauncares* e os campesinos que de fato faziam o trabalho – não tinham voz na administração do povoado. Em 1956, uma missão agrícola portuguesa observou que o número de moradores em Goa era extremamente alta, entre 75% e 98,5% dos agricultores (ALMEIDA, 1967, p. 17, 39, 48). Havia ao todo 224 *gancarias* no território, com o número em cada distrito variando imensamente. Cinquenta e cinco por cento das *gancarias* se encontravam em quatro distritos das Velhas Conquistas – que também possuíam aproximadamente metade dos campos cultivados em Goa (ibid., p. 48-9). Por toda Goa, então, muitos povoados eram dominados pelos *gauncares*, que controlavam a produção e distribuição da maior parte da riqueza agrícola da região.

Após 1961, o governo indiano tomou rapidamente medidas para reduzir o poder das gancarias. As rendas passíveis de serem cobradas por elas foram reduzidas, e o antigo sistema de leilões públicos anuais das terras dos gauncares foi abolido. O Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act (1964) deu estabilidade aos moradores e fixou o valor das rendas. Decretou que, enquanto os donos das terras pagassem o imposto territorial, os meeiros pagariam os impostos de irrigação e seriam responsáveis pela manutenção dos *bunds* (valados). O decreto visava tanto os proprietários individuais quanto as gancarias. Desde então, várias outras leis que davam “a terra ao trabalhador” foram decretadas. O Goa, Daman and Diu Mundkars (Protection from Eviction Act) de 1975 suspendeu as ações de despejo e deu aos moradores o direito de adquirir as casas onde moravam. Os proprietários de terra contestaram as leis (e a aplicação excessiva de algumas delas) nos tribunais. Em 1979, a principal lei que dava “a terra ao trabalhador” foi declarada inconstitucional: os proprietários podiam exigir os rendimentos em atraso. Os meeiros apelaram e a luta continua.

Existem aspectos positivos e negativos no declínio das gancarias desde 1961. Como positivo, um sistema agrícola antiquado foi enfraquecido, se não destruído. Abriu-se caminho para muito mais goeses cultivarem suas próprias terras – muitos deles de castas baixas. Possuir terras deu-lhes indubitavelmente maior autoestima e uma segurança que nunca haviam tido. Os antigos gancares tendiam a investir a sua riqueza em casas e bens de consumo, e não em suas terras. Sob o novo regime, a produção talvez seja mais alta – isso quando os pequenos proprietários de terra podem obter o capital e tecnologia necessários. Para os moradores, as condições melhoraram consideravelmente; a propriedade ausente declinou. Todos esses resultados mostram o quanto foram corretas as mudanças recentes.

No entanto, nem todas as mudanças têm sido benéficas. Reformas foram feitas sem uma análise detalhada dos possíveis resultados da extinção das gancarias, e houve vários efeitos colaterais inesperados e negativos. Enquanto diversos goeses podem se beneficiar a curto prazo do desaparecimento das gancarias, na ausência de qualquer instituição alternativa de cariz democrático, os goeses podem ser prejudicados a longo prazo em termos tanto da qualidade da terra quanto da qualidade de vida. Sem a organização e os recursos da gancaria, tem sido difícil manter os sistemas de irrigação e de controle de inundações. Como resultado, milhares de acres de terra têm sido comprometidos ou destruídos

por cheias ou salinização. O declínio nos rendimentos das gancarias se refletiu no declínio das atividades culturais e religiosas dos povoados, o desaparecimento de escolas musicais das igrejas e a deterioração de monumentos arquitetônicos valiosos. Por outro lado, a cultura das castas altas já não é tão dominante. Grupos de castas baixas, particularmente a comunidade gauda-cunbi, são mais livres para seguir seus próprios caminhos. As terras comuns das gancarias, que não eram arrendadas para atividades agrícolas, foram objeto de manipulação especulativa por parte de políticos, negociantes de terras e empresas de construção. As florestas comuns passaram a ser derrubadas para ganho pessoal, à medida que as gancarias se transformaram numa mera sombra do que já tinham sido, incapazes de controlarem o comportamento de seus integrantes.

A reforma agrária em Goa foi realizada de forma mais ampla que em muitas outras partes da Índia. Além das gancarias, os proprietários de terra independentes eram donos normalmente de 10 acres ou menos – 90% das terras privadas em 1971 (GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU, 1980, p. 21). Embora essa cifra seja igual à do resto da Índia, a história de Goa e sua evolução peculiar produziu resultados diferentes. Noutros estados, os grandes proprietários frequentemente tinham forte influência política e eram capazes de evitar que a reforma agrária os afetasse. Em Goa, nem os proprietários de terra nem a gancaria exerciam poder além de seus povoados. Eram membros de castas altas, muitos deles católicos. Esses fatores também dificultavam que estabelecessem ligações políticas com os líderes hindus de casta baixa pós-1961. Em Goa, então, mesmo os pequenos proprietários perderam suas terras e por vezes suas casas para os moradores. Litígios arrastados têm impedido que os antigos moradores invistam em melhoramentos e que os antigos proprietários vendessem as suas posses e tentassem outra atividade.

O capital em Goa vem da destruição da terra, não de seu cuidadoso usufruto. As famílias cuja riqueza deriva da mineração não foram afetadas pela reforma agrária. Suas concessões se mantiveram válidas; podem comprar qualquer nova terra que precisarem. A destruição ambiental pela atividade mineradora vai de mãos dadas com o declínio das gancarias, a única organização goesa que poderia ter melhorado essa situação por meio de uma ação coletiva.

Expressão cultural

No tocante à expressão cultural de indivíduos e de grupos, o processo de socialização e de afirmação da cultura regional goesa tem sofrido mudanças consideráveis. Alguns modos de expressão cultural praticamente desapareceram, outros foram deixados de lado, outros ainda surgiram para substituí-los. Não só os veículos culturais estão em mudança, mas também os valores, atitudes, padrões de comportamento e expectativas que são transmitidos.

Antes de 1961, os goeses “cultos” escreveram, falaram e cantaram em português quando católicos e em marata quando hindus. Concani, embora amada como língua materna de todos os goeses, não foi promovida pelos portugueses, mas permaneceu a língua da cultura folclórica, tanto hindu quanto católica. Uma vez que estudos superiores só eram ministrados em português (a menos que se saísse de Goa), vários hindus também aprenderam essa língua. Goeses falantes de português nunca constituíram mais que um punhado de pessoas; em 1961, por exemplo, menos de 2% da população reconheciam o português como sua língua materna (SAKSENA, 1974, p. 36). No entanto, havia uma vasta quantidade de material disponível em língua portuguesa – jornais, periódicos e livros. E os goeses instruídos geralmente olhavam para Portugal e para a Europa em busca de estímulo intelectual: liam Eça de Queiroz, Pessoa, Camões e Almeida Garrett. A Biblioteca Central em Panjim ainda tem uma grande coleção de literatura em português (em edições já bastante manuseadas).

Com o fim da administração portuguesa veio a repentina eliminação do português como uma língua funcional em Goa. Todo contato oficial com Portugal acabou em catorze anos. Nenhum livro, revista ou jornal em português vindos do exterior estava mais disponível. O português praticamente já não era ensinado nas escolas – embora isso tenha ocorrido menos devido à política oficial e mais ao desejo geral de aprender inglês, claramente a língua do futuro. Embora este século tenha visto um florescimento de literatura em concani – tanto em românico quanto em devangari – e a língua venha sendo introduzida em algumas escolas desde 1987, as novas línguas de ensino são inglês e marata, não o concani. Aliás, a maior parte dos goeses são contra tornar o concani a língua de instrução nas escolas (ibid., p. 48-52). Desse modo, os goeses trocaram uma língua estrangeira por outra e adotaram uma língua regional vizinha em vez da sua própria. Dada a realidade econômica, a situação provavelmente persistirá,

apesar da forte pressão de diversas organizações em prol da língua concani. O inglês espalhou-se de uma forma que o português nunca conseguiu, devido a seu uso no resto da Índia e no mundo, por conta da disponibilidade de livros, revistas, jornais, filmes, televisão e rádio em inglês, e em razão de sua crescente influência no mundo dos computadores e da internet.

Voltando-nos para outras formas de expressão cultural, encontramos mais evidências da transformação fundamental sofrida desde 1961. Como em outras partes da Índia e do mundo, as mudanças foram no sentido do religioso para o secular, do rural para o urbano, da ênfase no grupo para a ênfase no indivíduo. As peças teatrais tradicionais – tão populares em Goa como em Maharashtra – viram seus temas religiosos substituídos por temas envolvendo o amor romântico e consumismo, acompanhados de uma nova música pop goesa, uma combinação de rock ocidental e canções folclóricas locais. Os filmes em hindi e suas trilhas sonoras alcançaram uma enorme popularidade e grande influência em meio aos jovens. Além de introduzir um conhecimento rudimentar de hindi, eles representam a dimensão cultural das mudanças econômicas em curso na sociedade goesa. Enfatizam problemas e desejos individuais – particularmente de viés romântico – e o escapismo. Os filmes hindis promovem o consumismo por sua constante glorificação da vida urbana e frequente derrisão de estilos e valores rurais e tradicionais.

As mudanças nas estruturas social, econômica e política foram acompanhadas por um rápido declínio nas atividades manuais tradicionais. Os antigos fregueses ou saíram de Goa ou já têm prosperidade. Os artigos produzidos em fábrica são mais baratos, ou mais apelativos porque são “novidades.” Os estilos arquitetônicos também mudaram. Poucas construções são feitas no tradicional estilo indo-português, e muitas das antigas se degradaram ou já foram demolidas. Os centros urbanos estão repletos de conjuntos habitacionais de concreto que parecem velhos ainda antes de serem acabados. Panjim, Margão e Vasco mais e mais parecem cidades de outras partes da Índia ocidental.

No que concerne a socialização e afirmação da cultura regional e identidade goesas, já abordamos muitos dos aspectos relevantes. Língua, filmes, música e teatro desempenham todos papéis importantes na reiteração da identidade cultural. Outra importante área, com certeza, é a religião, particularmente os festivais religiosos. Esses festivais – dias santos para os católicos e *zатras* para os hindus – proporcionam aos participantes um conjunto de sentimentos e mo-

tivações transmitidos por um único estilo cultural, dando a eles a chance de brevemente saírem das suas rotinas cotidianas e da vida normal para um mundo transitório, mais ideal e fora da realidade corriqueira. Tais ocasiões criam uma atmosfera de excitação, mesmo fervor, na qual as pessoas têm a hipótese de se aproximarem dos seus deuses e das suas interioridades, para aprender algo sobre a sua própria sociedade através do “texto”² do festival. Ainda que as tradições católicas e hindus difiram grandemente na forma e no estilo, elas tenderam a aproximar-se durante os últimos séculos em Goa. Emergiu um estilo sincrético goês, que ajudou a forjar uma identidade goesa comum, apesar das diferenças religiosas. Esse fenômeno foi mais pronunciado entre as castas baixas, mas muitos hindus e católicos de casta alta também participam em certos festivais religiosos mais relevantes, venerando e prestando homenagem às mesmas divindades, especialmente a deusa Shanta Durga e diversas versões de Nossa Senhora.

Centenas de milhares de goeses frequentam dias santos e *zатras*. No entanto, a mídia moderna dedica muito pouca atenção a isso. É lícito dizer que toda e qualquer sociedade tem formas dramáticas em que certas lições ou mensagens são encenadas para multidões. Basta pensar no futebol americano, a tourada das culturas ibéricas, as brigas de galo e cremações balinesas, ou os jogos rituais dos indígenas da Amazônia. Aliás, alguns estudiosos têm argumentado que, em sociedades mais simples e menos móveis, existe um conteúdo dramático ou dramatúrgico na própria vida cotidiana *per se*³. É de esperar que a transformação da sociedade goesa produza novas formas de expressão. Uma área que parece promissora é a da política partidária local, inexistente antes de 1961. Existe uma grande variedade de formas expressivas no âmbito da política, envolvendo muitos símbolos e identidades populares. O “drama” da política goesa está sempre presente nos jornais e muitas vezes também nas ruas – na forma de paradas, comemorações, manifestações, greves, desobediência civil, ocupações e ocasionalmente tumultos. Todos esses fenômenos expressam a miríade de novas ideias, valores e problemas que chegaram ultimamente a Goa. A tradição cultural goesa em todas as suas formas – hindu, católica e sincrética – está sob grande pressão por conta das mudanças nas estruturas econômica, social e política, e novas configurações da população, educação e dos transportes.

² Esse ponto deriva-se de Geertz, 1973, p. 412-53.

³ Ver Gerholm, 1977; e Gregor, 1977.

Houve um rápido declínio na influência das gancarias e na sua capacidade de promover atividades culturais tradicionais. Aspectos culturais do resto da Índia ou de origem internacional, ligados à mídia globalizada, têm substituído largamente as formas únicas da expressão cultural que deram à Goa sua identidade regional.

Turismo

Ao mesmo tempo em que Goa treme sob o impacto de pesadas mudanças, é vigorosamente promovida como um paraíso turístico. Em tal situação, transbordam ironias. Enquanto vastas partes de seu território têm-se transformado numa paisagem lunar, Goa é apregoado como um “jardim luxuoso” e “quase milagrosamente imaculada”. À medida que a interessante arquitetura luso-indiana das cidades é substituída por torres de concreto de feiúra excepcional, os encantos urbanos de Goa são anunciadas como “quase mexicanos”. À medida que política, poluição, desmatamento, desenvolvimento descontrolado e crescimento populacional causam mais e mais problemas, Goa é referida como “um lugar fora do tempo”⁴. Mas as ironias do turismo não se limitam às duvidosas promessas dos folhetos de propaganda. Como as grandes famílias não investiram fortemente no setor hoteleiro, redes de hotéis indianos de outras partes do país dominam o mercado. A construção de vastos hotéis de luxo tem resultado na separação da terra de seus donos tradicionais, na deturpação da vida nos povoados, na imensa inflação por causa dos preços altos (segundo padrões locais) que os estrangeiros e os indianos ricos estão dispostos a pagar, no aumento da poluição e na comercialização da cultura local.

Goa é um destino turístico há muito tempo mas apenas recentemente passou a sofrer o turismo de massas, de caráter seguramente destrutivo. Com o passar dos anos, definiram-se essencialmente três tipos de visitantes em Goa. Primeiramente, os goeses que retornam a Goa oriundos de suas diferentes diásporas – chegando a seu ápice quando as lojas e escritórios de Bombaim entram em período de férias. Esse tipo de turista trouxe novas ideias e bens para a socie-

⁴ Ver, por exemplo, um panfleto escrito para o Departamento Indiano do Turismo, intitulado “Goa: A Place Outside Time,” publicado em Madras em 1973.

dade goesa que não a desestabilizaram. Uns anos depois da Libertação, Goa foi descoberta por uma juventude ocidental rebelde e aventureira, chamados genericamente de *hippies*. O seu nudismo, as drogas e a música chocaram a sensibilidade goesa. No entanto, embora a aparência de alguns povoados à beir-mar tenha mudado, a população local permaneceu no controle da atividade turística, e as estruturas socioeconômicas não se alteraram drasticamente. É o terceiro tipo de turismo que causou severos transtornos econômicos, sociais e culturais. Este é o mais recente turismo de massas envolvendo indivíduos ou grupos abastados que não querem se misturar muito ou nada à vida goesa – visitantes que se encasulam em hotéis luxuosos construídos em terras que outrora pertenciam aos povoados, servidos por antigos pescadores, “rendeiros” (trabalhadores extrativistas) ou agricultores, e abastecidos pelos “mais confiáveis” fornecedores de fora de Goa. A maior ironia disso tudo é que mesmo a propaganda oficial instiga as pessoas para visitarem Goa antes que seja tarde demais. Parece quase inevitável que a florescente infraestrutura turística irá se sobrepor e destruir o próprio lugar que os turistas vêm conhecer.

Conclusões

Reverendo as mudanças que ocorreram em Goa desde 1961, é difícil não sentir uma sensação de pessimismo. Mas não devemos focar somente o lado negativo. Como o resto da Índia, Goa está se transformando. Seu potencial humano é fora de série, assim como a sua capacidade para incrementar a produção agrícola e industrial. A Índia e Goa se libertaram das amarras coloniais e optaram por mudanças e uma melhor vida para todos. O ideal é inspirador mas aparentemente fora de alcance. O problema reside na seleção dos melhores meios para conseguir atingir os objetivos.

A Índia em geral e Goa em particular ainda têm que descobrir a necessária combinação de organização e ideologia que pode aliviar as presentes dificuldades e libertá-las das ligações desvantajosas com as economias desenvolvidas da Europa, América do Norte e Japão. Goa está firmemente presa na sociedade capitalista-burguesa, tendo saído repentinamente de uma ordem colonial-tradicional há poucos anos. Muitas das mudanças ocorridas em Goa não contribuíram para melhorar a vida de todos. Um aumento de circulação de dinheiro e

uma base econômica ampliada tiveram o preço de um declínio na paz, ordem, limpeza e identidade goesa. A posição de Goa como uma das culturas regionais indianas ainda não está sob séria ameaça, mas tensões têm aparecido. Como em outras partes da Índia, a educação em massa, a rápida urbanização e o declínio do sistema socioeconômico dos povoados tradicionais têm conduzido a um desnorreamento, uma alienação, uma solidão no seio das multidões que são suavizadas só parcialmente por filmes, desportos e a teatralidade da política. Talvez o capitalismo burguês não ofereça um remédio efetivo para as necessidades de Goa que o colonialismo português manteve estagnada. A solução final permanece incerta. A única coisa é que Goa continuará quintessencialmente indiana, ligada por história, economia, língua, estrutura social e cultura ao resto do subcontinente. É nesse contexto que Goa deverá buscar o seu futuro.

Referências

- ALMEIDA, José C. *Aspects of the Agricultural Activity in Goa, Daman and Diu*. Panaji: Government Printing Press, 1967.
- ALVARES, Claude. Goa: Finished in Ten Years. *Inside Outside*, n. 5, p. 56, 1979.
- D'SOUZA, B. G. *Goan Society in Transition*. Bombay: Popular Prakashan, 1975.
- D'SOUZA, Joseph. *Conditions that Keep Gavdas Backward*. M.A. Thesis - University of Baroda. Baroda, 1975.
- GEERTZ, Clifford. Deep Play: Notes on the Balinese Cockfight. In *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, 1973.
- GERHOLM, Tomas. Market, Mosque and Mafraj: Social Inequality in a Yemeni Town. *Studies in Anthropology*, n. 5. Stockholm: University of Stockholm, 1977.
- GREGOR, Thomas. *Mehinaku: The Drama of Daily Life in a Brazilian Indian Village*. Chicago: University of Chicago, 1977.
- GOMES-PEREIRA, Rui. *Goa: Vol. II, Gaunkari, the Old Village Associations*. Panaji: privately published, 1981.
- GONSALVES PEREIRA, Armando. *India Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.
- GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU. *Goa, Daman and Diu, 1964*. Panjim: 1964.
- GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU. *Ten Years of Liberation 1961-1971*. Panjim: Department of Information and Tourism, 1971.

- GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU. *Visit of the Prime Minister of India to Goa (14-16 November, 1978): The Background Notes*. Panaji: Chief Secretary's Office, 1978.
- GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU. *Statistical Pocket Book, 1980*. Panaji, 1980.
- GOVERNMENT OF INDIA. *Census of India, 1961, Socio-Economic Survey of Ponda* (Monograph Series, part IV, v. 1). New Delhi: Controller of Publications, n.d.
- GOVERNMENT OF INDIA. *Census of India 1971, Series 28, Goa, Daman and Diu District Census Handbook*. Panaji: Office of the Register General & Census Commissioner, 1972.
- GOVERNMENT OF INDIA. *Census of India, 1971, Goa, Daman and Diu. General Population Tables*. Panaji: Office of the Register General & Census Commissioner, 1973a.
- GOVERNMENT OF INDIA. Ministry of Works and Housing, Town and Country Planning Organization. *Regional Study of Goa: Fishery Resource*. New Delhi, 1973b.
- GOVERNMENT OF INDIA. *Census of India, 1971, Socio-Economic Survey of Verna* (Village Survey Monograph, part VI-C, n. 3). New Delhi, 1977.
- GOVERNMENT OF INDIA. *Census of India, Series 29, Goa, Daman and Diu, 1981. Provisional Population Totals*. New Delhi, 1981.
- INDIA TODAY. August 16-31, 1978.
- KAGAL, Ayesha. Matsyanyaya: Big Fish Eat Small Fish. *Illustrated Weekly of India*, p. 28, 8 abr. 1979.
- NAVHIND TIMES, December 15, 1979.
- NEWMAN, R.S. Green Revolution, Blue Revolution: The Predicament of India's Traditional Fishermen. *South Asia*, v. 4, n. 1, p. 35-46, 1981a.
- NEWMAN, R.S. A Fatal History of Agricultural Extension Education. *Canadian and International Education*, v. 10, n. 2, p. 21-39, 1981b.
- NORONHA, António de. Os hindus de Goa e a república portuguesa. *A Índia Portuguesa*. Nova Goa, v. II, 1923.
- RAO, R. P. *Portuguese Rule in Goa*. Bombay: Asia Publishing House, 1963.
- SAKSENA, R. N. *Goa into the Mainstream*. New Delhi: Abhinav Publishers, 1974.
- VARDE, P. S. *History of Education in Goa from 1510 to the Present Day*. Panaji: Goa Vidya Pratishtan, 1977.

Submetido em 19-08-16

Aprovado para publicação em 30-10-16